

## **Vínculo Terapeuta-Cliente: reflexões segundo uma posição Analítico- Comportamental**

Wilton de Oliveira

ITECH- Instituto de Terapia e Estudo do Comportamento Humano

Quando falamos em Psicoterapia parece ser lugar comum falarmos em vínculo terapeuta cliente. Os Psicanalistas ao se referirem a vínculo salientam as relações de transferência e contra-transferência (Mezan, 2002), e centram grande parte de seus esforços terapêuticos na análise de tal relação, estaria aí a chave das possibilidades de melhora do cliente. Os humanistas salientam a importância de uma relação terapeuta-cliente que venha preponderar um vínculo de aceitação incondicional positiva (Rogers, 1982), de modo que se assim ocorrer o cliente certamente vivenciará benefícios. A terapia de base comportamental denominada Funcional-Analítica (Kohlenberg; Tsai, 1987) tem como pressuposto fundamental o uso da relação terapeuta-cliente para o desenvolvimento de comportamentos mais funcionais no cliente. É partindo da concepção de que no vínculo está a raiz “terapêutica” das psicoterapias que temos a seguinte afirmação:

*“A Psicoterapia, seja qual for a teoria em que se apóia, consiste precisamente em reaprender a lidar com os demais, mediante a interação com o outro, sintetizado na pessoa do terapeuta.”*

(Augras, M. , 1998, P.45 )

Devemos nos atentar que Augras sintetiza que os benefícios da Psicoterapia (resumido em: *reaprender a lidar com os demais*) ocorrem na relação com o terapeuta, e que tal relação seria uma espécie de “pedra angular” onde se assenta qualquer tratamento Psicoterápico. Como vemos o vínculo é visto como tão essencial para a existência da psicoterapia, que é concebido como condição anterior a qualquer concepção de Psicologia.

Estamos, segundo entendemos, diante de uma crença: o vínculo terapeuta-cliente tem algo de especial que o torna *terapêutico*, e por ser dessa natureza, pode acarretar desenvolvimento humano, pessoal ou comportamental. E, indo um pouco mais além, poderíamos afirmar que, segundo essa crença, o vínculo psicoterapêutico pode curar. Tal afirmação pode soar como algo um tanto mágico e, desse modo, temerário e, naturalmente, tenderíamos a alguns problemas, que podem ser sintetizados nas seguintes questões: O vínculo terapeuta-cliente tem uma natureza que o distingue de outras relações interpessoais? Se for de outra natureza o que o torna tão especial? Se for da mesma natureza que qualquer vínculo interpessoal pode resultar em desenvolvimento pessoal/comportamental ou *cura* (por exemplo, de depressão ou de pânico)? Sendo da mesma natureza sofre as mesmas influências (por exemplo, histórico - culturais) que qualquer vínculo interpessoal? Qualquer vínculo terapeuta-cliente pode ser considerado terapêutico? A posição Analítico-Comportamental tem algo a contribuir para a elaboração das respostas anteriores?

Ao longo do presente texto buscaremos discutir as perguntas anteriores e ao elaborarmos respostas nos situaremos nos seguintes tópicos: O vínculo interpessoal como um fenômeno humano; A crise do

vínculo interpessoal na sociedade contemporânea; Vínculo: posição Analítico-Comportamental; Contribuições de Skinner para a Psicoterapia e Vínculo terapeuta-cliente: o que Skinner nos diz?

## 1 - O Vínculo interpessoal como fenômeno

O termo vínculo se refere, segundo o dicionário Aurélio, a tudo o que *ata, liga ou aperta* (P. 1777). Quando nós falamos em vínculo interpessoal, estamos nos referindo a duas ou mais pessoas que estão *atadas* ou *ligadas*, de modo que são pessoas que permanecem juntas por um dado período de tempo e numa dada circunstância.

Podemos falar de diversas formas de vínculo. Um exemplo está nos vínculos de autoridade, que tem como característica o fato de alguém estar comandando e outro obedecendo, e pode se expressar empiricamente como vínculo de escravidão: entre o senhor e o escravo. Podemos falar dos vínculos de fraternidade, onde os integrantes estão em igualdades de condição na consecução de uma dada atividade, por exemplo, duas pessoas engajadas na atividade de plantar: um faz uma cova e o outro semeia. Podemos falar ainda do vínculo de amor: os integrantes buscam aproximar-se e evitam separar-se. As aproximações são acompanhadas de sentimentos de prazer, alegria, amor e assim por diante, e os afastamentos de sentimentos de medo, ansiedade e tristeza, por exemplo. Pablo Neruda (1998) em seu livro *Cem Sonetos de Amor* nos dá um exemplo:

*Não estejas longe de mim um só dia, porque como,  
Porque, não sei dizê-lo, é cumprido o dia,  
E te estarei esperando como nas estações  
Quando em alguma parte dormitaram os trens.*

*Não te vás por uma hora porque então  
Nessa hora se juntam as gotas do desvelo  
E talvez toda a fumaça que anda buscando casa  
Venha matar ainda seu coração perdido.  
Ai que não se quebrante tua silhueta na areia,  
Ai que não voem tuas pálpebras na ausência:  
Não te vás por um minuto, bem-amada,*

*Porque nesse minuto terás ido tão longe  
Que eu cruzarei toda a terra perguntando  
Se voltarás ou se me deixarás morrendo.*

Neruda coloca em palavras o desejo e o prazer em estar próximo da amada, e o sofrimento terrível advindo da possibilidade da amada afastar-se. Essa parece ser uma descrição clara daquilo que consideramos caracterizar o fenômeno denominado vínculo: as pessoas buscarem se aproximar e estarem juntas umas das outras, e evitarem o afastamento.

Por sua vez, podemos caracterizar o vínculo terapêutico da mesma forma. Os clientes buscam a presença do terapeuta, vão toda semana no mesmo dia e no mesmo horário encontrá-lo, e evitam faltar, desmarcam compromissos etc. Mas o que faz os clientes começarem e manterem esses comportamentos? O que é o vínculo terapeuta-cliente? Qual sua natureza? Consideramos que ao responder tais questões já estaremos nos comprometendo com alguma abordagem de entendimento do comportamento humano. E a resposta do presente trabalho tem como base uma concepção Analítico-Comportamental. No entanto, antes de respondermos, vamos tentar explorar alguns trabalhos que refletem sobre a crise relacionada aos vínculos interpessoais na sociedade contemporânea.

## 2 - A crise do vínculo interpessoal na sociedade contemporânea

A literatura que faz reflexão sobre os vínculos interpessoais na sociedade contemporânea vem aumentando consideravelmente. O tema se mostra intrincado, porém os autores parecem compartilhar a mesma impressão: os vínculos interpessoais atravessam uma crise.

Richard Sennet, sociólogo que faz incursões pela Psicologia Social, mostra-se um dos estudiosos mais prolíferos sobre o tema da crise das relações interpessoais. Em seu livro *Declínio do Homem Público*, mostra que a tendência atual das pessoas valorizarem a vida íntima, e se fecharem nessa esfera de problemas, conduz o indivíduo contemporâneo uma espécie de auto-absorção. Tal comportamento tende a destruir o indivíduo, na medida que não é possível uma vida em que a pessoa produza continuamente gratificação em si mesmo: *“A auto-absorção não produz gratificação, produz fermentos no eu; apagar a linha divisória entre o eu e o outro, significa que nada de novo, nada de ‘outro’ jamais adentra o eu (...) buscando sempre um reflexo de si mesmo na experiência, ele desvaloriza cada interação ou cenário particular, pois nunca será o bastante para acompanhar quem ele é. (...) é um estado entrópico”*. (P. 395) Desse modo, o ser humano perde aquilo que mais o caracteriza como humano, ou seja, o seu aspecto social, um ser público. Lugar onde pode exercer a sua condição de sujeito transformador. Um indivíduo auto-absorvido é um indivíduo que tem dificuldades de estabelecer vínculos interpessoais, e conseqüentemente de se transformar e ser transformado em tais relações.

De modo análogo, Sennet aborda, em seu livro *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*, como as relações desiguais, baseadas em hierarquias sociais e econômicas, produzem sempre a dualidade fracassados-vencedores nas relações interpessoais. O outro passa a ser visto sempre como ou melhor ou pior do que mim, e tais adjetivos manifestações de uma suposta personalidade. Sennet está abordando mais uma vez condições sociais que impedem a formação de vínculos interpessoais construtivos, ao invés disso, esses vínculos destroem a auto-estima e o caráter dos envolvidos.

A crise dos vínculos de autoridade é outro tema abordado por Sennet. Por uma série de processos históricos e sociais que caminharam do paternalismo à concepção atual de sujeito autônomo, o indivíduo contemporâneo passou a desconfiar de qualquer pessoa que encarne uma autoridade. Medo, desconfiança e revolta vem caracterizar os vínculos de autoridade na sociedade atual.

Sennet elabora reflexões sobre as condições que deterioram os vínculos contemporâneos em seu livro *A Corrosão do Caráter: conseqüências sociais do trabalho no novo capitalismo*. O argumento é de que a característica fundamental do novo capitalismo está em um ambiente social que se transforma vertiginosamente o tempo todo, além disso, determina a existência de valores plurais e contraditórios convivendo em um mesmo momento histórico. Em um ambiente social com essas características como estabelecer vínculos afetivos estáveis? A marca da contemporaneidade estaria no estabelecimento de vínculos instáveis (relações que acompanham os modismos, e que servem para um dado momento numa dada situação, depois se descarta) e circunscritas a espaços específicos (o colega de um setor do trabalho, de outro setor, os familiares e assim as relações se sucedem), que tem por característica não se comunicarem, ou seja, esses espaços não são intercambiáveis. Por conseguinte, os vínculos tornam-se superficiais, e a desconfiança marca sensivelmente os espaços interpessoais.

O sociólogo Zygmunt Bauman (2004) cunha o termo *mixofobia* para designar os vínculos interpessoais atuais. Com tal termo ele busca fazer referência ao medo que as pessoas tem umas das outras na sociedade contemporânea. Medo esse que impede maior aproximação e conseqüentemente a formação de laços afetivos mais fortes e estáveis. A raiz de tal medo estaria na tendência atual de encarar o outro como produto de consumo, que deve ser experimentado e depois, como qualquer objeto de consumo, cai em desuso e é jogado fora. O aspecto valorizado, nesse sentido, está na variedade e na quantidade de experiências de relacionamento que uma da pessoa teve ao longo de um tempo. Os vínculos afetivos

seriam, desse modo, *líquidos*, como diz o autor, referindo-se as instabilidades e incertezas de qualquer vínculo interpessoal na sociedade atual.

Norbert Elias (2001) ao escrever sobre os vínculos estabelecidos entre jovens e idosos observa características semelhantes às abordadas anteriormente. O idoso é descartado de espaços de encontro interpessoal e isolado na esfera privada, por representar degeneração e morte, ao contrário de outros momentos históricos em que significou sabedoria. Numa sociedade em que as relações se tornaram privadas, assépticas e superficiais, e a experiência como sinal de indivíduo desatualizado, não sobraria muito espaço para vínculos interpessoais sólidos entre jovens e idosos.

Os estudos anteriores vêm ressaltar o estado atual dos vínculos interpessoais. Estado esse marcado por uma crise. Nesse sentido, quando nos referimos ao vínculo terapeuta- cliente, como um vínculo interpessoal inserido em um dado momento histórico -cultural, no caso a contemporaneidade, poderíamos afirmar que tal vínculo pode sofrer das mesmas influências que qualquer vínculo interpessoal inserido nessa mesma sociedade? E, se for assim, estaria sob impacto da mesma crise referida pelos estudos anteriores? Se a resposta for sim, estaremos diante de um problema (poderíamos dizer que de caráter profissional e ético) que merece bastante atenção e reflexão tanto por parte dos formadores de profissionais (professores e instituições formadoras) como por parte das instituições que regulamentam as regras interprofissionais (os conselhos).

B. F. Skinner debruçou-se em alguns momentos de sua obra sobre a Psicoterapia e suas implicações, elaborando uma análise bastante instigante e crítica sobre tal prática do psicólogo. E como não deveria deixar de fazer, legou uma reflexão aprofundada sobre a problemática do vínculo terapeuta-cliente. Na ausência de trabalhos que se referem a tal análise, consideramos relevante retomar os argumentos skinnerianos, e acreditamos que seu conteúdo mostra-se bastante atual, e contribui para elucidar os problemas advindos de uma prática que está em crescente aumento.

Consideramos que o momento atual traz consigo inúmeros desafios para a sobrevivência da Psicoterapia como uma atuação psicológica digna de inspirar confiança em quem busca beneficiar-se dela.

### **3 - Vínculo: Posição Analítico-Comportamental**

Distintamente de outras concepções que consideram qualquer aspecto da subjetividade humana como tendo uma natureza especial que responderia, portanto, a leis especiais. O vínculo assim como qualquer evento, considerado historicamente como subjetivo, é concebido como comportamento. E como comportamento responde as mesmas leis que governam qualquer comportamento. No entanto, tem como característica ser um comportamento que se faz e se mantém em contexto social, na medida em que afeta e é afetado por outro ser humano.

Segundo Skinner (1989, 1990) qualquer comportamento humano deve ser considerado como produto de três tipos de variação e seleção: filogênese, ontogênese e sociogênese. O vincular-se como comportamento é produto dessas três formas de variação e seleção. A primeira forma Skinner denominou de *Eros*, resultado da seleção natural e, desse modo, compartilhado como outras espécies, seria a sensibilidade do organismo a outro ser humano (sensibilidade ao calor e aos cuidados maternos, o toque alheio como reforçador incondicionado). Ao segundo nível de variação e seleção Skinner denominou de *Philia*, produto do condicionamento operante, é a importância que uma dada pessoa vai adquirindo para outra ao longo de uma história de vida (compartilhar gostos análogas, por exemplo, pescar juntas), de modo que o outro passa a fazer coisas que reforçadoras. Ao terceiro nível de variação e seleção Skinner denominou de *Ágape*, produto da cultura, no caso ocidental, reforçar o outro (e não apenas ser reforçado pelo outro no caso do *Eros* e da *Philia*) passou a ser reforçador para quem reforça (Skinner, 1989, Pp. 12-

14). Portanto o vínculo como comportamento deve ser sempre analisando segundo essas três classes de variação e seleção.

Como qualquer comportamento o vínculo é determinado por contingências de reforço. Podemos dizer, desse modo, que o vincular-se é afetado e sofre alterações devido a duas espécies de transações com o ambiente:

*“a) Conseqüências seletivas, que ocorrem após um comportamento e que modificam a probabilidade futura de ocorrerem comportamentos equivalentes, isto é, da mesma classe; b) Contextos que estabelecem a ocasião para o comportamento ser afetado por essas conseqüências (e que portanto ocorreriam antes do comportamento) e que igualmente afetariam a probabilidade futura de ocorrência de comportamentos equivalentes”.* (Matos, 1997, P. 65)

Qualquer alteração nas duas formas de relação com o ambiente afetará as dimensões que envolvem qualquer vínculo interpessoal. Mas quais seriam as contingências que produzem o desenvolvimento do vincular-se, enquanto a tendência de buscar estar próximo e evitar qualquer forma de afastamento de alguém? As contingências de reforço positivo produzidas através do outro seriam responsáveis pelo comportamento de buscar estar na presença desse outro (e, como acompanhantes colaterais, sentir prazer, segurança, alegria e amor), e as contingências de reforço negativo seriam responsáveis pelo comportamento de evitar se afastar do outro (quando bem sucedido, seria acompanhado de sentimentos de alívio, e quando mal sucedidos, teria como acompanhamentos sentimentos de medo, tristeza e ansiedade).

Na medida em que os vínculos interpessoais são determinados por contingências manejadas nas relações interpessoais, e que as contingências determinam alterações do comportamento de vincular-se caberia perguntarmos: Qual a direção das mudanças produzidas pelas contingências de reforço estabelecidas nas relações interpessoais? Podemos afirmar que, dependendo da direção das mudanças, um dos integrantes da relação pode estar sendo mais favorecido que outro. Quanto ao favorecimento a pergunta seguinte fica mais explícita ainda: Quais são os reforçadores envolvidos no manejo da relação? Tais reforçadores podem ter mais valor reforçador para um que para outro. E a questão esclarecedora está na pergunta: Quem maneja (controla) a distribuição de reforçadores na relação? E se que manejar a distribuição de reforçadores exercer tal controle apenas em benefício de si próprio temos, portanto, um problema de desigualdade em relações cotidianas, e um problema ético se falarmos em relações profissionais. Por fim, a pergunta seguinte fundamenta a natureza do vínculo interpessoal: Os indivíduos envolvidos têm possibilidade de contra-controle? Se não houver, estamos diante de uma relação completamente injusta, onde uma pessoa ficaria completamente indefesa diante do controle alheio.

Segundo a concepção Analítico-Comportamental o vínculo terapeuta-cliente não difere fundamentalmente em nada de qualquer outro vínculo interpessoal. É considerado comportamento e, desse modo, sujeito às mesmas leis que qualquer outro comportamento. Sendo assim, uma análise das contingências que determinam esse vincular-se torna-se fundamental. Vamos acompanhar, portanto, as análises de Skinner sobre o tema.

#### **4 - Contribuições de Skinner para a Psicoterapia**

Skinner afirma que existem duas formas de alterações comportamentais derivadas da Psicoterapia, e ele vai fazer análises distintas sobre ambas. Primeiro, ao que vamos denominar de alterações circunscritas à clínica (no caso, circunscritas à relação terapeuta-cliente), que produzem comportamentos de se manter na relação terapêutica, e com sentimentos, de alívio e prazer, colaterais a tais comportamentos. (Skinner, 1994, 1999). E, segundo, alterações estendidas a outras relações do cliente, é

claro, em ambientes externos a relação terapeuta-cliente. Nesse caso, estamos nos referindo a mudanças efetivas no repertório de comportamentos do cliente. Temos aí, comportamentos resultados de análises e procedimentos terapêuticos. (Skinner, 1989) No presente trabalho não vamos nos referir a segunda forma de alteração comportamental derivada da Psicoterapia. Forma essa que vem sendo cada vez mais desenvolvida em diversos trabalhos de profissionais em todas as abordagens, inclusive em trabalhos de analistas de comportamentos interessados nas mudanças mais efetivas de clientes de terapia comportamental. (Banaco,1997; Guilhardi, 1997; Amaral, 1997; Guedes, 1997).

A revisão da análise que Skinner elabora para as Psicoterapias que promovem alterações comportamentais circunscritas a relação terapeuta-cliente é bastante pertinente no atual momento, devido ao fato de que cada vez mais aumenta o numero de psicólogos no mercado de trabalho. Psicólogos que vão exercer a prática psicoterápica, que mantêm seus clientes, mas que poderíamos nos perguntar: o psicoterapeuta que mantêm seus clientes, através do vínculo, necessariamente está fazendo bem para eles, somente pelo fato de estar conseguindo mantê-los? O vínculo terapeuta-cliente, por si só promove benefícios? Pensemos numa situação em que segundo uma pesquisa elaborada pelo Conselho Regional de Psicologia, mais de cinqüenta por cento dos Psicólogos que atuam no momento tem uma média de dois clientes: a tendência de tais Psicoterapeutas seria de ajudar ou manter seus clientes, na medida em que grande parte seu derivaria de seus dois clientes? Mais especificamente em relação à Terapia Comportamental, observamos que historicamente ela foi caminhando da Modificação do Comportamento para o atendimento clínico verbal (Guedes, 1993), sendo assim, o trabalho tem se encaixado mais no modelo de Psicoterapia tradicional, onde a concepção de vínculo tem um papel chave para o seu bom andamento. Nesse sentido, a primeira análise de Skinner, vem contribuir em larga escala para refletirmos sobre esse modelo que está atualmente em voga. Por fim, o modelo de vínculo interpessoal derivado da crise na sociedade contemporânea pode influenciar novos Psicoterapeutas a práticas ineficientes e anti-éticas? Se puder as contingências que compõe a Psicoterapia facilitam ou desfavorecem o contra-controle do cliente? A análise de Skinner irá possibilitar a elaboração de algumas respostas e soluções para tais questionamentos.

## **5 - Vínculo terapeuta-cliente: o que Skinner nos diz?**

A pergunta que Skinner busca responder para entender o vínculo terapeuta-cliente é: por que o cliente busca aproximar-se e evita afastar-se do terapeuta? E, por conseguinte, o que mantêm esse comportamento?

O vínculo inicial ocorreria devido à condição aversiva experienciada pelo cliente em sua vida cotidiana:

*“O poder inicial do terapeuta (...) se origina devido ao fato de que a condição inicial do terapeuta é aversiva e de que, portanto, qualquer promessa de alívio é positivamente reforçada.”*

(Skinner, 1994, 349)

Vejamos que Skinner usa a palavra promessa, ou seja, nada aconteceu, o Psicoterapeuta nada fez, e o que faz um cliente procura-lo é uma promessa. Mas em que se baseia tal promessa? Ora, se baseia no fato de que o cliente vive uma condição de sofrimento e qualquer promessa de alívio será positivamente reforçada? Quando Skinner usa a palavra qualquer está buscado salientar que não é necessariamente, nada específico do contexto psicoterápico que produz tal alívio. Por exemplo, procurar um curandeiro, ou uma religião, poderia produzir o mesmo sentimento de alívio. A pergunta seguinte seria: Por que o cliente volta ao terapeuta? Segundo Skinner o retorno do cliente se daria a uma história bastante complexa, sendo grande parte desta, de origem verbal.

*“As promessas de auxílio, vários indícios que tornam essas promessas eficazes, o prestígio do terapeuta, relatórios de melhora em outros pacientes, ligeiros de melhora no próprio paciente, indícios da sabedoria do terapeuta em outras matérias (...) Em acréscimo o terapeuta pode usar variáveis que estão ao seu alcance no controle pessoal, ou como um membro do grupo ético, ou que deriva de sua semelhança como membros do grupo do paciente ou com agentes religiosos ou governamentais que já estabeleceram controle sobre o paciente de outros modos”. (Skinner, 1994, P.349)*

Vejamos que até aqui estamos falando apenas de classes de estímulos que sinalizam possibilidades de melhora no futuro, e não de alguma melhora efetiva derivada do próprio processo psicoterápico. Outro aspecto a ser ressaltado está no fato de essa ampla classe de estímulos discriminativos podem ser manejadas pelo terapeuta. Em outras palavras, o terapeuta se comporta para exercer controle, e, assim: pode emitir verbalmente promessas de auxílio; pode estabelecer prestígio sem necessariamente ter competência para uma prática eficiente no desenvolvimento de repertórios de comportamentos, sabemos que prestígio e competência não andam necessariamente juntos; pode construir relatórios fictícios de melhora, de modo a não corresponderem a aquilo que realmente ocorreu no tratamento do paciente referido; pode dar sinais de sabedoria em diversos assuntos, mas não ter idéia do que fazer para ajudar acuradamente aquele paciente. O fato é que o processo terapêutico pode se manter indefinidamente sob controle desses aspectos verbais, sem que o cliente esteja realmente se beneficiando de um tratamento em que as promessas se cumpram na sua vida fora da relação terapeuta cliente.

O terapeuta se torna ao longo do tempo fonte de reforço. E, como afirmamos anteriormente, contingências de reforço (positivo e negativo) fortalecem o comportamento de vincular-se. Estamos observando que o terapeuta maneja estas contingências através de seu comportamento, em grande parte verbal, principalmente quando se estabelece como fonte de reforço. Mas quando isso pode acontecer?

*“Se tem sucesso em fornecer alívio, o comportamento do paciente de voltar a ele (o terapeuta) em busca de auxílio será reforçado”. (Skinner, 1994, P. 349)*

Como o terapeuta pode fornecer alívio? O simples fato de não ser criticado, ou desvalorizado em suas condutas ou decisões pode gerar extinção de reflexos emocionais aversivos no cliente. E assim pode ir aumentando o valor reforçador do terapeuta. Por outro lado, Skinner afirma que a aprovação do terapeuta pode se tornar especialmente eficiente. (1994, P. 349) Eficiente porque pode exercer a função de reforço positivo, e assim produzir sentimentos de prazer e bem estar no cliente na presença do terapeuta. Tal prática pode se tornar extremamente eficiente para o fortalecimento do comportamento do cliente vincular-se, na medida em que o cliente está em privação de reforço positivo social nas suas relações cotidianas. Assim a principal fonte de reforço na vida do cliente pode passar a se fixar na relação com o terapeuta, tapando a lacuna de reforçadores existente em sua vida. E, desse modo, mais uma vez podemos afirmar, o vínculo terapeuta-cliente pode ir mantendo o processo psicoterapêutico sem que o cliente vá se beneficiando de um tratamento que realmente produza comportamentos no cliente que proporcione em suas relações fora da terapia, contingências efetivamente mais reforçadoras.

Uma das características da Psicoterapia é que socialmente o comportamento do terapeuta não é visto como controle. Isso diminui a probabilidade do cliente exercer contra- controle na relação e, desse modo, o controle do terapeuta sobre o cliente é mais eficaz. Skinner (1999), escreveu:

*“O controle do comportamento é encoberto ou disfarçado (...) quando o comportamento do terapeuta (...) é apresentado como guia, direção ou conselho, em vez de controle”. (Pp.170-171) Como vemos até o momento o uso de reforçadores pelo terapeuta favorecem o fortalecimento do vínculo. Skinner desqualifica, de modo mais claro ainda, a prática terapêutica de manejar arbitrariamente reforçadores na relação com o cliente: “Quando um problema que requeira terapia se deve a uma deficiência de reforçadores sociais ou intimamente pessoais, pode ser difícil encontrar-lhe uma solução. Pode ser óbvio que uma pessoa se beneficie do*

*reforço representado por atenção, afeto ou aprovação, mas se estes não constituem as conseqüências naturais de seu comportamento – se ela não merece atenção, afeto ou aprovação – talvez não seja possível planejar as contingências necessárias. Atenção, afeto ou aprovação simulados eventualmente causarão, mais que resolverão problemas, e mesmo o uso deliberado da atenção merecida desvaloriza a medida”. (Skinner, 1999, P. 159)*

A prática de reforçar o cliente (através de atenção, afeto ou aprovação) mostra-se eficiente para manter o cliente em terapia, ou seja, para fortalecer o vincular-se do cliente, mas como fim efetivamente terapêutico mostra-se ineficiente, na medida em que não corrige e não desenvolve o repertório do cliente de se tornar mais reforçador para as pessoas em seu ambiente. O mais grave é que pode dar pistas falsas para o cliente sobre a adequação de seu repertório, e desse modo, pode promover uma espécie de alienação, e o cliente avaliar o seu comportamento como adequado e, por outro lado, as avaliações e as conseqüências advindas do seu meio social como inadequadas. Desse modo, o que justificaria a prática costumeira dos terapeutas reforçarem seus clientes com atenção, afeto ou aprovação? Nada mais do que manter o seu cliente na terapia, e que isso beneficia apenas o próprio terapeuta.

Um aspecto fundamental que caracteriza a relação terapeuta-cliente está no fato de que o cliente não tem acesso aos comportamentos privados do terapeuta, e sabemos que a maior parte do comportamento do terapeuta permanecerá necessariamente na esfera privada durante todo o processo terapêutico, sem que o cliente tenha a menor possibilidade de acessá-lo. O cliente tem acesso apenas aos comportamentos públicos que o terapeuta emite no ambiente terapêutico, de modo que o terapeuta pode estar apenas interpretando um papel:

“Compreendemos outra pessoa em parte pelo modo como exprime seus sentimentos. Dizia-se outrora que os atores eram capazes de indicar a alegria, a tristeza etc. por meio de expressões faciais, posturas e movimentos (...)” (Skinner, 1999, P. 149)

O cliente só pode compreender seu terapeuta pelos eventos que ele tem acesso, ou seja, pelo que ele verbaliza, ou pelo modo como ele exprime seus sentimentos, através de expressões faciais, posturas e movimentos. O ponto é que o terapeuta pode estar interpretando um papel, e emitindo pistas falsas e, assim, suas reais motivações (contingências que efetivamente estão controlando seu comportamento) permanecem privadas, e assim permanecem durante todo o processo terapêutico, sem que o cliente tenha possibilidades de contra-controle se o tratamento estiver beneficiando apenas o terapeuta.

Uma outra estratégia utilizada pelo terapeuta para manter o controle sobre o cliente, está relacionado ao comportamento de concordar com o que o cliente diz:

“Ao encontrar com alguém e começar a falar você nem sempre está contando, ensinando, aconselhando ou invocando regras e leis a ser seguidas (objetivos naturais de uma terapia). Você conversa, fala sobre coisas familiares a ambos (...) A fala é reforçada quando o ouvinte (o terapeuta) tende a dizer mais ou menos o que o falante diz, e a atenção é reforçada quando o falante (o terapeuta) diz mais ou menos o que o ouvinte tende a dizer. Conversar não é reforçada pelas conseqüências que consideramos, mas pela concordância”. (Skinner, 1989, P. 94) (Os grifos são meus)

Uma das principais atribuições feitas ao comportamento do terapeuta refere-se ao fato de que ele é visto fundamentalmente como uma audiência não punitiva. Ser uma audiência punitiva implicaria certamente no aumento da probabilidade do cliente emitir comportamentos de contra-controle. Sendo assim, reforçamento positivo é o manejo de contingências esperado do terapeuta:

*“O fato importante não é sentirmo-nos livres quando somos reforçados, mas de que não tendemos escapar ou a contra-controlar. Sentir-se livre é um importante sinal distintivo de um*



*tipo de controle que se singulariza pelo fato de não produzir contra-controle". (Skinner, 1999, Pp. 169-171)*

O problema não está no fato do cliente se sentir livre na relação com o terapeuta, mas está no fato desse sentimento poder mascarar uma relação de controle, de modo que quem se sente livre, pode não estar sendo o foco do benefício da relação. E por sentir -se assim, não faz nada para realmente libertar-se.

Nesse momento se faz importante nos atermos as contingências que podem estar controlando os comportamentos do terapeuta na relação com o cliente. Skinner salienta três classes de contingências:

*"O terapeuta se empenha na terapia principalmente por razões econômicas. A terapia é uma profissão. (...) Geralmente o terapeuta também é reforçado pelo êxito no alívio das condições de seus pacientes. Isso tem especial probabilidade de ser verdade em uma cultura que reforça o auxílio a outros como um procedimento ético padrão. Frequentemente outro tipo de reforço para o terapeuta é o sucesso na manipulação do comportamento humano. Pode ter um interesse pessoal, por exemplo, em provar o valor de uma teoria determinada do comportamento neurótico ou de um procedimento terapêutico". (Skinner, 1994, P.361)*

Segundo Skinner, portanto, o comportamento do terapeuta pode ser controlado por recompensas profissionais, ajuda ao outro ou fortalecimento da teoria. Podemos, então, nos perguntar: Qual dos três reforçadores têm se mostrado mais eficiente no controle do comportamento do terapeuta? Para que o terapeuta seja sensível a classe de reforçadores denominada ajuda ao outro (no caso, o cliente), Skinner salienta as práticas culturais que vem reforçar os comportamentos de seus membros de ajudar o outro. Se olharmos para o contexto micro-social e salientarmos apenas a comunidade de Psicólogos, podemos afirmar que não encontramos práticas organizadas (vemos apenas iniciativas isoladas), que venham reforçar sistematicamente o comportamento de seus membros ajudar seus clientes. Para piorar um pouco as coisas, é comum a prática do terapeuta que se isola em seu consultório e não tem o costume de se comunicar com outros Psicólogos. Se olharmos para o contexto mais macro-social enxergamos um estado de relações na sociedade contemporânea, que por sinal salientamos no início do presente trabalho, onde não parece ser mais reforçador o estar com o outro, nem muito menos ajudar o outro. Portanto, em que espaço na cultura atual (micro e macro) o terapeuta poderá se tornar sensível aos reforçadores de ajudar os outros? Por outro lado, a terceira classe de reforçadores salientada (fortalecer uma teoria), parece se tornar cada vez mais distante, na medida em que a qualidade de ensino nas universidades piora cada vez mais.

Sendo assim, as contingências que controlam os comportamentos do terapeuta parecem conduzir cada vez mais para as recompensas de ordem profissional, ou seja, recompensas financeiras. Se assim for, estamos caminhando para uma situação que a profissão de terapeuta caia cada vez mais em descrédito. E teríamos que admitir que o descrédito venha ser a solução mais natural e adequada para uma prática que venha a favorecer apenas o terapeuta, e não quem deveria ser o foco principal de favorecimento, o cliente.

Uma possível solução para a problemática atual está na emergência de práticas organizadas e sistemáticas, na comunidade de Psicólogos, que venham controlar o comportamento de seus membros no sentido de estabelecer contingências que venham beneficiar mais os clientes e menos os terapeutas. Estabelecer contingências para construir repertórios de comportamentos de sensibilidade em ajudar o outro, e a buscar avançar teoricamente, isso implicaria na revisão nas práticas de ensino vigentes atualmente. Por fim, vejamos o que Skinner nos diz:

*"O planejamento do comportamento humano envolve, claro, o controle, e possivelmente, a pergunta feita com maior freqüência ao behaviorista é: quem exercerá o controle? A questão representa o secular engano de considerar o indivíduo, em vez do mundo em que vive. Não será um ditador benévolo, um terapeuta compassivo, um professor devotado, um industrial dotado de espírito público que planejarão um modo de vida que atenda aos interesses de*

*todos. Em vez disso, devemos considerar as condições em que as pessoas governam, dão ajuda, ensinam ou organizam sistemas específicos de incentivo. Em outras palavras devemos considerar a cultura como um meio social. Desenvolver-se-á uma cultura na qual nenhum indivíduo poderá acumular um vasto poder e usá-lo para seu próprio engrandecimento de maneiras prejudiciais aos demais? Desenvolver-se-á uma cultura na qual os indivíduos não estarão interessados na própria formação e crescimento a ponto de não darem uma séria atenção ao futuro da cultura?”. (Skinner, 1999, P. 176)*

## **Referências Bibliográficas**

Amaral, V. L. A. R. (1997). Dicotomias do processo terapêutico: diagnóstico ou terapia. Em M. Delitti (Org.). Sobre Comportamento e Cognição, vol. 2, pp. 120-124, Santo André: ARBytes.

Augras, M. (1998). O ser da compreensão: fenomenologia da situação de psicodiagnóstico. Petrópolis: Vozes.

Banaco, R. A. (1997). Fantasia como instrumento de diagnóstico e tratamento: a visão de um behaviorista radical. Em M. Delitti (Org.). Sobre Comportamento e Cognição, vol. 2, pp. 115-119, Santo André: ARBytes.

Bauman, Z. Z. (2004). Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: ZAHAR editor.

Elias, N. (2001). A solidão dos moribundos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Ferreira, A. B. H. (1986). Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Guedes, M. L. (1993). Equívocos da Terapia Comportamental. Em Temas em Psicologia, vol. 2, pp. 113-117.

Guedes, M. L. (1997). O comportamento governado por regras na prática clínica: um início de reflexão. Em R. A. Banaco (Org.). Sobre Comportamento e Cognição, Vol. 1. pp. 138-143, São Paulo: ARBytes.

Guilhardi, H. J. (1997). Com que contingências o terapeuta trabalha em sua atuação clínica. Em R. A. Banaco (Org.). Sobre Comportamento e Cognição, vol. 1, pp. 322-337, Santo André: ARBytes.

Kohlenberg, R. J. ; Tsai, N. (1987). Psicoterapia Analítico-Funcional. Em Jacobson, N. S. (Org). Psicoterapia na prática clínica: perspectivas cognitivas e comportamentais. New York: Guilford.

Matos, M. A. (1997). O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. Em R. A. Banaco (Org). Sobre o comportamento e Cognição, vol. 1, pp. 54-67, Santo André: ARBytes.

Mezan, R. (2002). Interfaces da psicanálise. São Paulo: Companhia das letras. Neruda. P. (1998). Cem sonetos de amor. Porto Alegre: L&PM Editores.

Rogers, C. (1982). Tornar-se pessoa. São Paulo: Record.

Sennet, R. (1998). O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das letras.

Sennet, R. (2001). Autoridade. Rio de Janeiro: Record.

Sennet, R. (2003). A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record

Sennet, R. (2004). Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record.

Skinner, B. F. (1989). The Behavior of the Listener. Em Hayes, S. C. (Eds). *Rule-governed behavior: cognition, contingencies and investigational control*. New York: Plenum, Cap. 2, pp. 85-96.

Skinner, B. F. (1989). Recent issues in the analysis of behavior. Merrill Publishing Company.

Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45 (11): 1206-1210.

Skinner, B. F. (1994). *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes. Original 1953.

Skinner, B. F. (1999). *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: editora Cultrix. Original 1974.